

**A noção de *Bedeutung* segundo as Investigações Filosóficas de Ludwig Wittgenstein:
uma abordagem para além da perspectiva filosófica tradicional**

Bedeutung's notion according to Ludwig Wittgenstein's *Philosophical Investigations*: an
approach to beyond the traditional philosophical perspective

Sebastião Alonso Júnior

Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás (UFG)

junioralonso@uol.com.br

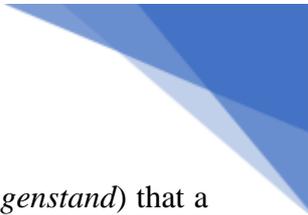
<http://lattes.cnpq.br/6680634019143384>

Resumo

A proposta neste artigo é discutir a caracterização que a ideia de “significado” (*Bedeutung*) recebe nos escritos finais de Ludwig Wittgenstein, sobretudo no contexto das Investigações Filosóficas. A discussão parte da crítica wittgensteiniana a concepção referencialista de significação proposta por Santo Agostinho, momento em que o filósofo alerta para o equívoco categorial que representa tratar o objeto (*Gegenstand*) que uma palavra designa como seu significado (*Bedeutung*). Igualmente controversa é a pretensa viabilidade de se aplicar o princípio referencialista na construção de uma linguagem privada, ou seja, que trate de ocorrências na dimensão interna dos falantes. Tais pontos de vista são, certamente, fruto de inúmeros equívocos herdados da tradição filosófica. Contudo, e para além das críticas, Wittgenstein apresenta uma alternativa às perspectivas tradicionais. Ocorre que na segunda fase de sua filosofia o conceito de “significado” é multifacetado e ligado, de várias maneiras, a outros conceitos. Diante disso, é preciso investigar o papel que o conceito de significação desempenha na segunda filosofia de Wittgenstein, bem como suas articulações com as ideias de “aprendizagem” e “usos” da linguagem.

Palavras-chave: Wittgenstein. Significado. Compreensão. Usos.

Abstract: The purpose of this paper is to discuss the characterization that the conception of “meaning” (*Bedeutung*) receives in Wittgenstein's final writings, especially in the context of the *Philosophical Investigations*. The discussion starts from the criticism to which the philosopher submits the referentialist conception of meaning of Saint Augustine, in which he



warns of the categorical misconception that represents treating the object (*Gegenstand*) that a word designates as its meaning (*Bedeutung*). Equally controversial is the alleged viability of applying the referentialist principle in a language that addresses occurrences in the internal dimension of speakers. Such views are certainly the result of numerous misconceptions inherited from the philosophical tradition. However, beyond criticism, Wittgenstein presents an alternative to traditional perspectives. In the second phase of his philosophy, however, meaning's concept is multifaceted and linked in various ways to other concepts. Given this, the purpose of this paper is to investigate the role that the concept of meaning plays in Wittgenstein's second philosophy, as well as its articulations with the ideas of "learning" and "uses" of language.

Keywords: Wittgenstein. Meaning. Understand. Uses.

1. Considerações iniciais

A concepção de "significado" (*Bedeutung*) ocupa uma destacada posição no pensamento de Wittgenstein em virtude da sua convicção de que os problemas filosóficos surgem de particularidades desencaminhadoras da linguagem. No entanto, a ideia experimenta mudanças ao longo da sua trajetória filosófica. Em face desse cenário de rupturas é natural que sobressaia uma preocupação em traçar uma abordagem partindo do tratamento oferecido ao conceito de uma de uma fase a outra de sua obra. Contudo, a proposta deste artigo não é ater-se a essas discontinuidades, mas sim discutir os contornos que a caracterização recebe nos seus escritos finais, sobretudo no contexto das Investigações Filosóficas.

Na maturidade o filósofo austríaco sugere uma nova noção de "significado" linguístico em concorrência com o que se pode chamar de "teoria referencial do significado", modelo até então consagrado pela tradição. Também descrita como referencialismo, a teoria referencial do significado apresenta uma perspectiva de linguagem que Wittgenstein resume, logo na primeira seção das Investigações Filosóficas, na seguinte fórmula: "as palavras da linguagem denominam objetos – frases são ligações de tais denominações" (1996, p. 27). Na perspectiva referencialista, uma palavra tem significado se houver um objeto correspondente, seja ele físico (material), lógico (racional) ou psicológico (mental). Esse ponto de vista encontra importantes representantes na tradição filosófica, e também no Wittgenstein da juventude.

Entretanto, na fase final ele rechaça o princípio referencialista de que o significado de um termo é o seu portador. A linha argumentativa desenvolvida neste artigo sustenta que o



filósofo não só submete tal concepção a uma crítica consistente, alertando para o equívoco categorial que representa tratar o objeto (*Gegenstand*) que uma palavra designa como seu significado (*Bedeutung*), mas, também, apresenta uma alternativa a essa teoria tradicional. Em face desse contexto, um questionamento se impõe: qual o tratamento e papel que o tópico possui na segunda fase da filosofia de Wittgenstein?

A hipótese que se pretende confirmar é que na segunda fase de sua filosofia o conceito de *Bedeutung* é multifacetado e articulado, de várias maneiras, a outros tópicos de sua filosofia. Essa conexão sugere que os signos somente adquirem significação quando são compreendidos e usados pelos membros de uma comunidade linguística¹. Um uso que deve ser regulado pelas regras semânticas que determinam o que faz sentido dizer em atos linguísticos. Mas é preciso avaliar com cuidado essas articulações. Diante disso, é preciso avançar com o propósito de investigar o papel que o conceito de significação desempenha na segunda filosofia de Wittgenstein, bem como suas articulações com as ideias de “compreensão” e “usos” da linguagem.

Para a consecução de tal propósito é fundamental que nas próximas seções seja oferecido um quadro argumentativo capaz de caracterizar de maneira precisa o tema em discussão. De início, é preciso abordar um aspecto crucial, a saber, a crítica que o filósofo faz a uma versão de significação essencialmente referencialista, ilustrada a partir da tradicional “visão agostiniana da linguagem”. Outro aspecto fundamental é a análise da viabilidade de se estabelecer um padrão referencialista aplicável em uma linguagem que pretende descrever ocorrências de ordem psicológica. E, por último, uma abordagem do tópico “significado” por vias das conexões conceituais que mantêm com as noções de “compreensão” e “usos” da linguagem.

2. Crítica a “visão agostiniana de linguagem”

¹ A relação entre as ideias de “significação” e “uso” estabelecida no período final da obra de Wittgenstein exerce uma forte influência nas filosofias da linguagem propostas por Gilbert Ryle, John L. Austin, Peter F. Strawson, W. Quine e Michael Dummett (GLOCK, 1998).



O referencial teórico que subsidia, em grande parte, as discussões aqui desenvolvidas são as Investigações Filosóficas² (*Philosophische Untersuchungen*), publicação que propõe uma diferente concepção de filosofia, bem como uma nova maneira de entender os problemas filosóficos. Importantes intérpretes como Georg von Wright (1969, p. 501), Gordon Baker e Peter Hacker (2005 a, p. 1-2) afirmam que esta obra representa o ponto alto da filosofia de Ludwig Wittgenstein (von Wright, 1969, p. 501; Baker e Hacker, 2005 a, p. 1-2). Já nas primeiras linhas do livro há uma crítica contundente à perspectiva clássica e referencialista de significação, ou seja, à ideia de que o significado de uma sentença é o objeto a que ela se refere. Logo na primeira seção há uma citação de Santo Agostinho que, para os padrões de Wittgenstein, é bastante longa. O trecho faz parte da obra Confissões e apresenta o que Agostinho acredita ser uma versão da essência da linguagem humana e do processo de apreensão da língua materna. Embora a passagem já tivesse sido mencionada alhures³, sua referência no texto das Investigações é a mais significativa. A passagem extraída de Agostinho é a seguinte:

Se os adultos nomeassem algum objeto e ao fazê-lo, se voltassem para ele, eu percebia e entendia que o objeto fora designado pelos sons que eles pronunciavam, pois eles queriam indicá-lo. Mas deduzi isto dos seus gestos, a linguagem natural de todos os povos, e da linguagem que, por meio da mímica e dos jogos com os olhos, por meio dos movimentos dos membros e do som da voz, indica as sensações da alma, quando esta deseja algo, ou se detém, ou recusa ou foge. Assim, aprendi pouco a pouco a compreender quais coisas eram designadas pelas palavras que eu ouvia pronunciar repetidamente nos seus lugares determinados em frases diferentes. E quando habituará minha boca a esses signos, dava expressão aos meus desejos (1996, p. 27).

É possível perceber que na citação o filósofo de Hipona explica a maneira como se aprende, ou melhor, como a linguagem é apreendida e usada. Nesse sentido, é possível até arriscar que a aproximação entre “linguagem” e “uso” na filosofia de Agostinho soa familiar à perspectiva wittgensteiniana. Contudo, na seção seguinte o austríaco objeta afirmando que a visão agostiniana constitui uma “representação primitiva da maneira pela qual a linguagem

² A composição deste livro remonta o retiro do filósofo na Noruega durante o outono de 1936, momento em que pretendia traduzir o *Livro Marrom* para o alemão. Contudo, a tentativa foi malsucedida e ele desiste da iniciativa por considerá-la “inútil”. A obra passou por, pelo menos, quatro versões sendo a última datada de 1945-6. Apesar do filósofo, em mais de um momento, empreender alguma iniciativa de publicação, isso só veio efetivamente acontecer em 1953, dois anos após a sua morte (1996).

³ O filósofo também menciona a “visão agostiniana” no *Big Typescript* – (2005, BT 25-7), no *Livro Marrom* (1992 b, p. 9) e na *Gramática Filosófica* (2003, p. 40-1).



funciona” ou, ainda, a “representação de uma linguagem mais primitiva que a nossa”. De fato, nas seções 1 a 7, se dedica a rejeitar o esboço referencialista partindo do que chama de “uma determinada imagem da essência da linguagem humana” (1996, p. 27).

Salienta-se, de antemão, que não há intenção de desenvolver um estudo aprofundado sobre uma possível teoria da linguagem subscrita por Agostinho, mas sim uma investigação sobre a crítica de Wittgenstein ao que tradicionalmente convencionou-se como “imagem agostiniana da linguagem”. Segundo os exegetas Gordon Baker e Peter Hacker, é preciso ter em conta que Wittgenstein não trata a concepção agostiniana da linguagem como uma teoria completa, e, muito menos, como uma teoria da significação (2005 a, p. 4). Na visão do austríaco esse modelo se sustenta pelo princípio enganoso de que cada palavra possui um significado que corresponde ao objeto a que se refere. Contudo, é um ponto de vista que conduz a sérios equívocos no tocante a pensamento e linguagem, palavras e sentenças, significado e uso.

Por certo, Agostinho é representante de uma tradição filosófica mais antiga, mas vale destacar que a ideia passa também por sofisticadas teorias modernas. Há uma relação de correspondência entre significado e objeto que também fundamenta as teses centrais dos escritos de semântica lógica subscritas por Gottlob Frege e Bertrand Russell, e, ainda, pelo Wittgenstein da primeira fase. Os escritos desses filósofos sustentaram boa parte da lógica e da semântica contemporânea sendo, ainda, influenciadores de destacadas correntes filosóficas do século XX, como a vertente analítica americana e o neopositivismo do círculo de Viena (*Wiener Kreis*).

É importante reforçar que a perspectiva referencialista é a expressão de uma visão de essência da linguagem na qual as palavras são nomes e o seus significados são objetos que substituem e, com isso, descrevem como as coisas são. A consequência disso é que as funções essenciais da linguagem ficam reduzidas a nomear e descrever. A linguagem se conecta à realidade em virtude da ligação entre a palavra que nomina e o mundo.

Segundo David Stern (1995) é notável que, embora o jovem Wittgenstein tenha aderido a certa visão da concepção referencialista⁴ de linguagem, na maturidade foi levado a submetê-la a uma crítica consistente. No campo da filosofia da linguagem o filósofo formulou uma rejeição à perspectiva agostiniana e, conseqüentemente, ao ponto de vista predominante na

⁴ Cf. aforismo 3.203 do *Tractatus Logico-Philosophicus*.

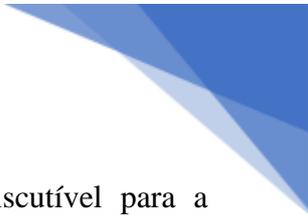


tradição. A sua crítica ao modelo referencialista de significação deve muito ao fato de que a linguagem inclui muitos outros usos além de nomear um objeto. Mas é preciso ir aos termos nos quais a rejeição se dá.

Afinal, por que Wittgenstein rejeita a versão referencialista? Há três questões determinantes neste posicionamento. Em primeiro, (a) ele discorda que o significado de uma palavra seja seu portador (objeto). Em segundo, (b) o gesto dêitico de definição ostensiva que caracteriza a atribuição de significado na versão agostiniana é falível e, em grande parte, ineficaz. E, por último, (c) que os nomes sejam os únicos constituintes das sentenças. Nesse caso, as expressões da linguagem comum só poderiam ter uma natureza exclusivamente descritiva, uma vez que suas funções ficam limitadas a representar a realidade ou, por outras palavras, descrevê-la. Mas é importante aprofundar um pouco mais esses três pontos.

Se o filósofo recusa a ideia de que “nomes nomeiam objetos que, por sua vez, correspondem ao seu significado” (a), seus motivos decorrem das frágeis bases sobre as quais o argumento se sustenta. Como pode o ato puro e simples de nomear ser suficiente para atribuir sentido a um nome e torná-lo significativo? Essa é uma questão que pode bem ser caracterizada como problema semântico da teoria referencialista, ou seja, de que apenas uma conexão do tipo nome-nominado é suficiente para atribuir sentido a um termo da linguagem comum. Todavia, Wittgenstein se mostra contrário a essa perspectiva. Conforme será discutido na seção final desta investigação, o filósofo se compromete com a ideia de que a significação de um proferimento depende, fundamentalmente, dos usos que a comunidade linguística faz dele.

O segundo aspecto determinante na rejeição de Wittgenstein (b) envolve a aceitação de que a conexão essencial entre linguagem e realidade se dê por relações dêiticas de denominação, nas quais o falante aponta para o objeto a fim de significá-lo. Segundo o filósofo vienense é preciso levar em conta dois problemas nesse gesto de significação. Primeiro que, embora o ato de apontar algo e atribuir um nome tenha lugar na gramática da linguagem comum, tal atitude acaba por representar apenas uma pequena parte das funções que a linguagem pode desempenhar. De fato, o modelo referencial de significação por ensino ostensivo é um movimento válido na prática linguística. Entretanto, ele não se dá em todos os casos de significação e, portanto, não deve ser tratado como essência da linguagem. Há, inclusive, uma série de termos que não podem ser definidos ostensivamente. É o caso das palavras “hoje”, “tempo” e “talvez”, por exemplo (1996, p. 41).



Em segundo, a definição ostensiva não representa uma base indiscutível para a linguagem comum, uma vez que gestos dêiticos podem ser mal interpretados. É preciso ter em conta que a ação de “apontar o dedo” envolve um número de possibilidades. Segundo afirma Wittgenstein na seção 28:

Quando elucidado um nome próprio ostensivamente, poderia confundi-lo com um nome de cor, uma designação de raça, até com o nome de um ponto cardeal. Isto é, a definição ostensiva pode ser interpretada em cada caso como tal e diferentemente (1996, p. 37).

Se em uma relação interlocutória o falante aponta para um referencial empírico e enuncia um significado, muitas coisas podem estar envolvidas neste gesto: cor, textura, forma, densidade, dentre outros. No entanto, nenhum gesto dêitico vai direcionar para qualquer desses aspectos. É possível, por exemplo, apontar para uma gota de sangue e dizer “vermelho!” Mas, uma pessoa que nunca ouviu esse termo o conectaria com o quê? Ao formato da gota? Ao seu estado líquido? A única forma de estabelecer um direcionamento é apresentando um complemento explicativo ou um tipo de explanação verbal adicional, que vá além da insuficiência da definição ostensiva.

A verdade é que esse conceito de significação por nomeação é muito útil em fases mais primitivas do desenvolvimento da linguagem, como no caso do aprendizado das primeiras palavras e no progresso da fala na primeira infância. Todavia, conclui o austríaco na seção 3, não pode ser tomado na totalidade do aprendizado de uma língua. Dito de forma mais precisa, a eficiência de uma ostensão é limitada, já que pode ser mal interpretada. A versão proposta por Agostinho é fortemente intuitiva e isso, certamente, favorece a naturalização de muitos equívocos. É natural pensar que toda palavra tem um significado, e que a conexão entre o significado e o referencial se dá de maneira inaugural, em um ato ostensivo. Entretanto, o filósofo austríaco alerta de maneira recorrente (seções de 1 a 7) para esses dois enganos.

Neste sentido, o terceiro aspecto de sua recusa também tem forte elemento intuitivo, e é completamente deduzido do primeiro. Se (a) toda palavra tem um significado, ou referencial, e as sentenças são complexos de nomes-significado, então (c) as expressões dessa linguagem deveriam, necessariamente, funcionar como descrições da realidade nominada. Pode até ser natural supor que sentenças são combinações de palavras cuja função é descrever como as



coisas são. Mas, por certo, para Wittgenstein, essa é uma maneira equivocada de abordar a questão.

É desafiador imaginar uma linguagem na qual as sentenças teriam uma única função, a saber, fazer descrições. Das seções 21 a 27 das Investigações, as críticas do filósofo apontam nessa direção. Seu alerta vai no sentido de evidenciar a diversidade de situações em que a linguagem pode ser aplicada:

Imagine a multiplicidade dos jogos de linguagem por meio destes exemplos e outros: Comandar, e agir segundo comandos. Descrever um objeto conforme a aparência ou conforme medidas. Produzir um objeto segundo uma descrição (desenho). Relatar um acontecimento. Conjeturar sobre o acontecimento. Expor uma hipótese e prová-la. Apresentar os resultados de um experimento por meio de tabelas e diagramas. Inventar uma história; ler. Representar teatro. Cantar uma cantiga de rodas. Resolver enigmas. Fazer ou contar uma anedota. Resolver um exemplo de cálculo aplicado. Traduzir de uma língua para outra. Pedir, agradecer, maldizer, saudar, orar (1996, p 35).

Pense em quantas coisas diferentes são chamadas de “descrição”: descrição da posição de um corpo pelas suas coordenadas; descrição de uma expressão fisionômica; descrição de uma sensação tátil; de um estado de humor (1996, p. 36).

Diante do elenco de ações que Wittgenstein relata e da multiplicidade de atos interlocutórios que eles podem produzir, o que define qual sentença deve ser usada é a circunstância em que ela é proferida. Segundo Baker e Hacker, o sentido de um proferimento depende da adequação entre dois pontos: estar de acordo com o tipo de ato linguístico do qual é representante – uma descrição, por exemplo –, bem como deve estar adequado ao contexto em que é usado. Se uma palavra tem significado, os membros de uma comunidade linguística devem se comprometer a usá-lo nos contextos interlocutórios coletivos (2005 a, p. 130).

Em face do que foi discutido até aqui é prudente afirmar que o objetivo de Wittgenstein não é de construir uma crítica negativa da filosofia de Agostinho, mas sim evidenciar os equívocos que uma representação da linguagem totalmente reduzida a atos ostensivos de significação pode provocar. Certamente a escolha do trecho das Confissões se deve a menção, mesmo de maneira disjuntiva, de dois conceitos fundamentais à teoria da linguagem que desenvolve nas Investigações Filosóficas que são os tópicos “compreensão” e “uso”.



Entretanto, Wittgenstein vai por um caminho diferente, uma vez que no processo de significação a circunstância é elemento fundamental no *uso* das palavras (*Gebrauch der Worte*) e na compreensão da aplicação (*Verständnis der Anwendung*). Segundo afirma, a teoria referencialista de significação erra ao tomar a “significação” em uma linguagem como um tipo de processo similar a “etiquetar coisas” (1996, p. 32). Para o filósofo austríaco, o “valor” das palavras varia de acordo com o jogo de linguagem⁵ em questão, e não pode ser fixado *a priori*. Assim, pertencer a uma linguagem não é apenas condição suficiente, mas também necessária, para que uma palavra possa ter uso significativo nos mais diferentes contextos interlocutórios.

3. Significação, ocorrências internas e estados psicológicos

A seção anterior mostrou que apesar do ensino ostensivo possuir função semântica na linguagem comum, representa apenas um dos incontáveis movimentos possíveis em uma prática interlocutória. Vale lembrar que um gesto dêitico pode, em alguns casos, até funcionar na atribuição de significado, mas é ineficiente com certas categorias de palavras. Mas, se quando aplicado a nomes de objetos no contexto público as limitações do modelo se evidenciam há uma questão que importa levantar: quais os desafios de significar objetos e ocorrências de natureza privada? Por outras palavras, no caso de uma linguagem que trate de objetos mentais, uma definição ostensiva é capaz de atribuir significado a ponto de conectar signo com seu uso?

Bem, nas Investigações Filosóficas esses questionamentos são objeto de um vigoroso embate entre Wittgenstein e seu interlocutor imaginário. Nesta seção, tendo em vista uma melhor caracterização da temática, a proposta é investigar a viabilidade do modelo de significação referencialista quando o que está em jogo é uma linguagem de natureza estritamente privada. É preciso investigar o papel que uma teoria referencialista de significação teria na construção de uma linguagem que fale das sensações e estados psicológicos dos falantes, assim como dos inúmeros equívocos que ela pode criar. Na seção 244 Wittgenstein chama atenção para o número de questionamentos que isso suscitaria:

⁵ Para abordar a multiplicidade de usos da linguagem comum e pelo fato de fazer parte de um grupo de atividades guiadas por regras, Wittgenstein apresenta um conceito chave na sua filosofia final, a saber, os “jogos de linguagem”. Porém, devido às limitações deste artigo, a discussão sobre este tópico não será aprofundada.



Como palavras se referem a sensações? – Não parece haver ali qualquer problema; pois não falamos diariamente de sensações e as denominamos? Mas como vem a ser estabelecida a ligação do nome com o denominado? A pergunta é a mesma que: como uma pessoa aprende o significado de nomes de sensações? Por exemplo, da palavra “dor” (1996, p. 98).

O cerne desse debate se encontra no “argumento da linguagem privada”, trecho que vai das seções 243 a 315 das Investigações Filosóficas no qual o filósofo aborda a problemática da consciência e o estatuto das sensações (1996). Contudo, o que mais interessa naquelas seções ao presente estudo é a dificuldade lógica, para não dizer impossibilidade, de se atribuir significado a estados psicológicos como emoções e sensações por um modelo referencialista de significação. A suposição aqui é que além da associação nome-nominado por ato de definição ostensiva ser uma prática linguística em muitos casos ineficiente há, agora, uma questão ainda mais radical em jogo, ou seja, de que atribuir significação em contextos exclusivamente privados é uma opção logicamente inviável.

Passemos, então, a explorar o impeditivo lógico que se impõe ao modelo de significação privada. De fato, Wittgenstein revela incontornáveis problemas à pretensão de significar um termo em uma esfera completamente íntima de forma análoga a uma atribuição de significado no contexto empírico. O filósofo, arrazoado, reclama da ideia de que a gramática que estabelece a maneira como as pessoas significam os objetos do mundo exterior seja a mesma aplicada na significação de “objetos” do mundo interior. Esse modelo que estabelece uma conexão entre a sensação e seu significado tem sua justificação na própria tradição filosófica. A explicação mais comum passa pelo princípio da associação, totalmente adaptado da significação ostensiva dos nomes no contexto fisicalista. E é justamente essa explicação associativa que o filósofo refuga nas circunstâncias descritas nas seções 261 e 270:

Que razão nós temos para chamar de “S” o sinal de uma sensação? Sensação é, como sabemos, uma palavra da nossa linguagem em geral, compreensível não somente para mim. O uso dessa palavra permite, portanto, uma justificativa que todos compreendem (1996, p. 101-102)

Imaginemos agora um emprego do registro do signo “S” em meu diário. [...] E que motivo temos aqui para chamar de “S” a designação de uma sensação? Talvez a maneira pela qual esse signo é empregado neste jogo de linguagem



– E por que uma “determinada sensação”, portanto sempre a mesma? Ora, supomos ter escrito sempre “S”! (1996, p. 103).

Cabe questionar: o que justificaria anotar “S”? Ou, ainda, o que significa ter “S”? O que os trechos citados revelam é que não há uma maneira eficaz de justificar ou significar uma sensação. São casos em que a ausência de uma evidência perceptual que fundamente o registro prejudica enormemente o processo de comunicação. Além disso, o ato de escrever uma notação no diário é completamente independente e não passa por nenhum convencionamento social que estabeleça uma correlação entre o registro do signo e a ocorrência da sensação. Importa notar que para o Wittgenstein da fase final, a convenção entre os interlocutores é que dota uma palavra de significado.

Faz parte do equívoco a suposição de que é possível significar o signo “S” por um tipo de fixação interna de sentido. Como se o sujeito que sente pudesse operar um ato de “concentrar a atenção sobre a sensação” ou “como se a apontasse internamente” (1996, p. 101). É um tipo de aceitação de natureza privada que ocorre cada vez que o indivíduo tem a sensação e registra “S” no diário. Mas esse tipo de apontamento interno, como afirma Wittgenstein na seção 263, é uma ideia que soa “estranha”. Ocorre que fixar a atenção sobre a sensação não dá uma explanação do significado de “S”, elemento fundamental para dotar as pessoas de condições para usar a palavra em diferentes circunstâncias.

Wittgenstein alerta na seção 258 que esse apontar com a atenção não determina regras e nem fixa um método de comparação, condições fundamentais para usos futuros. Segundo Merrill e Jaakko Hintikka (1994), fixar a atenção por um tipo de percepção interna não dá garantias de que volte a estabelecer a mesma relação em situações futuras. Para nomear ocorrências internas como as “sensações” é preciso que se crie uma técnica diferente daquela usada para nomear uma cor, por exemplo. Mas isso não é factível. No caso da sensação de dor o indivíduo não pode apresentar uma amostra ou estabelecer um critério satisfatório de comparação. Muito menos supor um tipo de amostra que funcione internamente.

Dessa forma, a perspectiva wittgensteiniana assegura ser logicamente inviável a fixação de significado (“S”) por um ato de definição ostensiva interna. Há um impedimento lógico em estabelecer uma atribuição de natureza privada seguindo um princípio essencialmente público de significação. Diante de semelhantes argumentos é forçoso concluir que há severas



dificuldades em admitir que experiências privadas possam ser expressas em sentenças com função descritiva na linguagem. Em suma, é ilusório supor um tipo de exemplo mental que sirva de padrão de correção na dimensão mental, assim como uma amostra funciona no contexto real. E apesar da impositiva necessidade de se estabelecer um parâmetro de correção, no caso de fixação de significado em uma linguagem privada só o que se tem é a falsa impressão de nomear algo.

4. Significação e usos no aprendizado da linguagem

Conforme explicado, Wittgenstein, logo nas seções iniciais das Investigações Filosóficas (seções 1 a 7), estabelece uma associação entre “significado” e “uso” das palavras. Ao avançar um pouco mais, até a seção 43, a associação se aprofunda com afirmações que enfatizam que “o significado de uma palavra é seu uso na linguagem” (1996, p. 43). Esse tipo de afirmação evidencia a base da mudança de perspectiva do filósofo austríaco na fase posterior do pensamento. Trata-se da alteração de uma concepção de significado como representação, base da sua primeira filosofia, para uma visão na qual a utilização da linguagem é decisiva na atribuição de sentido. Mas que tipo de conexão há entre o “significado” e a forma como os falantes utilizam a linguagem?

Uma orientação metodológica fundamental nesse contexto investigativo parte da seguinte suposição: de que o significado de um termo deve manifestar-se, de alguma maneira, na sua efetiva aplicação. É no uso da linguagem que as pessoas aprendem a utilizar as sentenças de forma significativa, em suas práticas interlocutórias. Nesse sentido, o que já foi dito até aqui é suficiente para que o leitor se dê conta de que há uma intrincada relação entre o conceito de “significação” e os usos de uma linguagem que precisa ser investigado. Por certo é uma perspectiva que vai além da visão referencialista tradicional. Para a composição dos contornos finais da investigação a proposta agora é analisar a dinâmica dessa inusitada vinculação.

Pretende-se com esse plano alcançar dois objetivos a um só tempo: investigar a relação entre a ideia de “uso” e a significação de uma palavra, ou sentença, na linguagem comum, assim como do papel estratégico que “compreensão” desempenha na sua filosofia da linguagem. Para tanto, a hipótese a ser colocada à prova é que, na perspectiva das Investigações, toda



significação mantém uma estreita relação com uma explicação e sua efetiva compreensão. É parte do discurso significativo que o ouvinte compreenda as sentenças e domine a habilidade de usá-las de maneira significativa.

Importa lembrar, mesmo que brevemente, que as teorias de significação na tradição filosófica pretendiam apontar algo exterior à palavra que lhe conferisse sentido. Esse “algo” tanto poderia estar localizado em um espaço objetivo (mundo exterior), como na mente do indivíduo (mundo interior), segundo um modelo de representação mental. Contudo, desde a sua fase intermediária Wittgenstein se empenhou em desafiar essas concepções. Se um filósofo se propõe a investigar a significação em uma linguagem ele deve se voltar para a variedade de usos das palavras em situações interlocutórias. Observe a analogia feita na seção 11 das Investigações Filosóficas:

Pense nas ferramentas em sua caixa apropriada: lá estão um martelo, uma tenaz, uma serra, uma chave de fenda, um metro, um vidro de cola, cola, pregos e parafusos. – Assim como são diferentes as funções desses objetos, assim são diferentes as funções das palavras (1996, p. 31)

A citação remonta um elemento indispensável nesta discussão, ou seja, ao aprender uma linguagem o aprendiz desenvolve as habilidades necessárias para praticá-la de maneira significativa nos mais diversos contextos linguísticos. Por outras palavras, é no uso que os falantes aprendem a usar e mostram suas habilidades linguísticas em práticas interlocutórias significativas. Observe o que o filósofo diz na seção 138:

Mas pode a significação de uma palavra que eu compreendo não se ajustar ao sentido da frase que eu compreendo? Ou a significação de uma palavra ao sentido de outra? – Com efeito, se a significação é o uso que fazemos das palavras, então não tem sentido falar de um tal ajustamento. Ora, compreendemos a significação de uma palavra quando a ouvimos ou pronunciamos; nós a aprendemos de golpe; e o que aprendemos assim é algo realmente diferente do ‘uso’ que se estende no tempo! (1996, p. 70).

De acordo com o exposto no trecho acima, o aprendizado e compreensão da linguagem são elementos chave na sua expressão e utilização cotidiana, mas isso não a define. Os comentaristas Gordon Baker e Peter Hacker (2005 a) notam que a compreensão não é tomada



apenas na conjuntura de sua aplicação. “Compreender” envolve, por um lado, uma capacidade ou pré-disposição do indivíduo em fazer uso de expressões, nos mais variados contextos interlocutórios. E, por outro, a efetiva aplicação dessa capacidade em situações concretas e nas quais o sentido dos proferimentos dependa do domínio das habilidades que determinam os usos de uma expressão.

Chama atenção o quanto a compreensão está relacionada à habilidade do interlocutor em satisfazer as expectativas dos demais membros da comunidade linguística. Mas como pode ser isso? Ocorre que quando uma sentença é proferida seu sentido depende das regras gramaticais utilizadas naquele determinado contexto, no qual cada falante avalia seu interlocutor a partir das regras que eles próprios utilizariam. Se um dos interlocutores começa a aplicar regras semânticas de uma maneira que não faça sentido para o ouvinte, há uma situação de ruptura comunicacional e o falante passa a dizer coisas que soarão absurdas. Veja que aqui não há certo ou errado, mas sim o comportamento “normal” ou “anormal” em atos de fala:

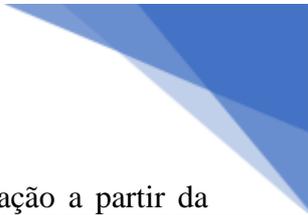
Quero dizer: há um caso *normal* e casos anormais (1996, p. 72).

Apenas em casos normais o uso das palavras nos é claramente prescrito; não temos nenhuma dúvida, sabemos o que preciso dizer neste ou naquele caso (1996, p. 72).

E aqui já há uma reação normal e uma reação anormal daquele que aprende. (...), mas então a possibilidade de compreensão dependerá do fato de continuar ele a escrever por si próprio (1996, p. 73).

A ideia é que se uma sentença tem significatividade para o falante, ele reage dentro de um padrão esperado. E, de longe, o que prevalece são as reações normais o que demonstra um nível surpreendente alto de eficácia da linguagem comum. Assim, a habilidade do falante em participar de jogos linguísticos revela a sua transição de um estado de incompreensão para o entendimento. Quando alguém afirma ter entendido não o faz por ter uma experiência de natureza mental, mas sim pelo domínio de um tipo de habilidade⁶ em usar as sentenças com um padrão de normalidade, e de maneira significativa para os demais constituintes da comunidade linguística.

⁶ Cf. seções 145, 146, 150, 185, 199, 338 e 508.



Entretanto, é preciso ter em conta que a simples execução de uma ação a partir da audição de um comando não garante que o proferimento tenha sido significativo para o ouvinte. É preciso que ele acerte, com alguma frequência, a execução da ação em um elenco de tentativas. O acerto não é uma exceção ou um tipo de sorte de iniciante que o falante possa vir a apresentar. Conforme afirma na seção 145, uma elucidação “depende da reação” daquele que aprende e da capacidade possuída de praticar um ato, tendo em vista o alcance de um resultado acertado no maior número de tentativas possíveis. Nesse sentido, importa notar que há uma conexão direta entre as ideias de “significação” e “compreensão” que repercute na reação dos membros da comunidade linguística ou, por outras palavras, nos “usos” que fazem da linguagem.

Em suma, parece bastante adequado concluir que, para o filósofo austríaco, o que anima o signo é a sua utilização, assim como o que atribui sentido às sentenças é seu uso significativo. Só o uso pode mostrar se o falante domina a habilidade de utilizar a linguagem de maneira significativa, ou não. Esse é um aspecto marcante no Wittgenstein da fase final, ou seja, ao atribuir significado a uma palavra, qualquer generalização explicativa deve ser substituída por uma descrição de uso. Assim, a perspectiva tradicional de que um nome abriga um conteúdo cede lugar a uma ênfase na diversidade de usos que as palavras podem adquirir, nas mais variadas práticas linguísticas.

5. Considerações finais

O ponto de partida desta discussão foi a crítica wittgensteiniana a uma visão estritamente referencialista de linguagem. Porém, um exame mais detalhado dos argumentos mostrou que sua formulação não se prende, exclusivamente, a um posicionamento crítico, mas é capaz de apresentar uma sofisticada versão de “significação” que opera em uma complexa relação interna com a “compreensão” e “usos” de uma linguagem. Isso confirma a hipótese inicial de que esse trio indissociável é a chave para se estabelecer os contornos que a ideia adquire na segunda fase de sua filosofia. É preciso ressaltar que para afirmar tais conexões foi fundamental que o filósofo estabelecesse sua análise a partir de uma linguagem fiscalista cotidiana, na qual a ostensão só representa uma, dentre tantas, tarefas.



Vale lembrar que o problema com o modelo referencialista passa por três questões fulcrais. O primeiro é a fragilidade e o simplismo de uma linha argumentativa que atribui o significado de uma palavra ao seu portador. Outro equívoco é tratar o ato designativo de ostensão como um tipo de ação que, por excelência, atribui significado. Conforme demonstrado, atos dêiticos são falíveis e, muitas vezes, ineficazes. E, por último, a visão referencialista de linguagem só admite a utilização de sentenças descritivas. Estranhamente o modelo agostiniano só prevê descrições. Entretanto, em mais de uma ocasião, o filósofo chama a atenção para a variedade de usos e funções das sentenças da linguagem comum.

Outro aspecto digno de nota é que qualquer tentativa de aplicar o modelo referencialista de significação em contextos de natureza estritamente privada se mostra um ato linguístico ilusório e suscita problemas ainda mais complexos. Isso porque não se trata tão somente de um grave erro semântico, mas sim uma impossibilidade de lógica. O filósofo austríaco se mostra convencido de que aplicar um princípio de significação público quando o que está em jogo são suas experiências privadas, além de provocar um número de mal entendidos, é o tipo de “possibilidade” logicamente inviável.

Ocorre que o conceito de *Bedeutung* que Wittgenstein apresenta é multifacetado e ligado de várias maneiras a outros conceitos. Recorde como, mais de uma vez, o filósofo chama atenção para a importância de perguntar pelos “usos” de uma sentença. É preciso atentar para como a comunidade linguística utiliza as palavras e não o que elas significam. Segundo afirma, a significação só pode ser demonstrada em atos interlocutórios, em contextos de uso. Isso revela que o Wittgenstein da fase final não se interessou em tratar a ideia de “significado” como algo fixo e unilateral, como prescreve a versão referencialista. Ele está convencido de que um significado deve ser apreendido em sua efetividade, ou melhor, no seu uso.

Por fim, há uma orientação metodológica de Wittgenstein que não se deve perder de vista, ou seja, que o significado só pode ser manifesto nas práticas linguísticas que os membros da comunidade compartilham. Somente com a utilização é possível garantir uma interlocução significativa. Para que um falante possa usar os termos adequadamente é preciso que ele entenda o funcionamento da linguagem e domine a habilidade de utilizar as sentenças de maneira significativa. Isso evidencia que a ideia de *Bedeutung* subscrita na maturidade tem caráter normativo, já que, quando uma expressão se torna significativa para um falante, ele se compromete diante da comunidade linguística a usá-lo com correção.

Referência

AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

BAKER, G. P., e P. M. S. HACKER. *Wittgenstein: understanding and meaning (Part I: Essays)*. Oxford: Blackwell, 2005 a.

_____. *Wittgenstein: understanding and meaning (Part II: Exegesis § 1 - 184)*. Oxford: Blackwell, 2005 b.

GLOCK, Hans-Johann. *Dicionário Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

HACKER, P. M. S. *Wittgenstein: meaning and mind*. Oxford: Blackwell, 1997.

(____). *Wittgenstein: Mind and Will (part I: Essays)*. Vol. 4. Oxford: Blackwell, 1990.

HINTIKKA, M.; HINTIKKA, J. *Uma investigação sobre Wittgenstein*. Campinas: Papirus, 1994.

STERN, David G. *Wittgenstein on mind and language*. New York: Oxford University Press, 1995.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Gramática Filosófica*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

_____. *Investigações Filosóficas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

_____. *O Livro Azul*. Lisboa: Edições 70, 1992 a.

_____. *O livro castanho*. Lisboa : Edições 70, 1992 b.

_____. *Philosophical Occasions 1912-1951*. Indianapolis & Cambridge: Hackett Publishing Company, 1993.

_____. *The big typescript*. Oxford: Blackwell, 2005.

_____. *Tractatus Logico-Philosophicus*. São Paulo: EDUSP, 1994.

WRIGHT, Georg Henrik von. "Special Supplement: the Wittgenstein papers ." *The Philosophical Review*. n. 78, p. 483 - 503, oct. 1969.

Recebido: 30-09-2019

Aceito: 16-12-2019